

CORPOS DÓCEIS E AJUSTADOS NA EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE “VIGIAR E PUNIR”

PERUZZI, Ana Paula*

SILVA, Paulo Rogério*

FERREIRA, Emerson Benedito *

RESUMO: Com base em uma metodologia foucaultiana, o presente artigo tem como finalidade apresentar alguns conceitos basilares sobre poder e educação, cultura e subjetividade, subdivididos em três grandes partes: a) uma breve genealogia do poder, com o intuito de apresentar como as relações de poder foram exercidas ao longo da história até a chegada ao seu *status* atual; b) a maneira como disciplina manifesta as formas de poder, a saber, pelas técnicas da distribuição espacial e controle temporal; c) os recursos disciplinares que possibilitam o adestramento do indivíduo e o uso das técnicas disciplinares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, disciplina, genealogia, Michel Foucault.

ABSTRACT: Based on a Foucault's methodology, this article aims to present some basic concepts of power and education, culture and subjectivity, subdivided into three major parts: a) a brief genealogy of power, in order to present as relations power were exercised throughout history until the arrival of their current status; b) the way discipline manifested forms of power, namely the techniques of spatial and temporal distribution control; c) the disciplinary features that enable the training of the individual and the use of disciplinary techniques.

KEYWORDS: education, discipline, genealogy, Michel Foucault.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1996, p.44)

* Graduada em Pedagogia (2007). Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal de São Carlos (2012). Professora da Educação Infantil da Rede Municipal de São Carlos-SP.

* Graduado em Filosofia (2003) e Pedagogia (2009). Mestre em Educação (2014). Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professor de filosofia, história e educação na Educação Básica e no Ensino Superior.

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (Bolsista CNPq).

INTRODUÇÃO

Dentre os autores contemporâneos de maior destaque, sem dúvida pode-se citar Michel Foucault como um pensador que trouxe uma enorme contribuição a respeito da formação da subjetividade dos indivíduos, que, segundo o autor, é construída a partir dos meios disciplinadores do corpo impostos pela sociedade e por suas instituições. Nesta direção, instituições como prisões, hospitais, quartéis, fábricas e escolas desempenham um papel importante na constituição da vida social e psíquica dos indivíduos.

Não foi apenas uma troca ocasional substituir educação por disciplina, tendo em vista a maneira como Foucault encara a educação como uma forma amplamente constituída por relações de poder, por sua vez, concretizadas no aparelho disciplinar. Para tanto, a proposta é apresentar três questões centrais: o conceito de poder, a forma como foram aprimoradas as relações de poder (suplício, punição e disciplina) e a maneira que a disciplina encontrou em manifestar suas relações de poder nas instituições sociais, em especial as de ensino.

Neste aspecto o presente artigo tem como finalidade apresentar alguns conceitos basilares sobre poder e educação, cultura e subjetividade, subdivididos em três grandes partes: a) uma breve genealogia do poder, com o intuito de apresentar como as relações de poder foram exercidas ao longo da história até a chegada ao seu status atual; b) a maneira como disciplina manifesta as formas de poder, a saber, pelas técnicas da distribuição espacial e controle temporal; c) por fim, os recursos disciplinares que possibilitam o adestramento do indivíduo e o uso das técnicas disciplinares.

2

1. UMA BREVE GENEALOGIA DO PODER

Em seu livro *Vigiar e Punir*, mais especificamente nos capítulos “*Os Corpos Dóceis*” e “*Os Recursos para o bom adestramento*”¹, Michel Foucault analisa quais são as formas e métodos do disciplinamento dos corpos, afirmando que tal processo constitui-se basicamente em relações de poder. Com isso, para que certas instituições (escolas, hospitais, oficinas, centros militares etc.) consigam preservar o controle de seus indivíduos, precisam aplicar técnicas disciplinares específicas que objetivam fabricar “*corpos dóceis*”, para então estarem aptos a desempenhar funções sociais dentro das respectivas instituições.

¹ Ambos incluídos na terceira parte do livro, intitulada como “*Disciplina*”.

A maneira de atuação do poder não é ocasional, mas conta com um conjunto de técnicas que fornece um aparato enorme de instrumentos controladores e disciplinadores, dos quais as instituições adotarão como ações modelares para a fabricação de indivíduos com determinadas características. Algumas técnicas de disciplinamento estão ligadas à maneira de distribuição dos corpos no espaço, como também o controle através do tempo; outras estão relacionadas a recursos como a vigilância, a sanção normalizadora e o exame.

Todavia, passar automaticamente para a exposição desses temas sem antes esclarecer o conceito de poder que está na base da argumentação de Foucault, como também recapitular a forma como esse poder vem se aprimorando ao longo da história, seria perder de vista um aspecto muito caro no pensamento do autor: a genealogia².

Segundo Foucault, o poder não é uma coisa, uma propriedade ou posse, muito menos está contido apenas nos Aparelhos Repressivos e Ideológicos de Estado. Pelo contrário, o poder é uma ação, um exercício, um aspecto de disputa sempre presente nas relações sociais; ou seja, o poder é considerado como local, presente em ações pontuais que vão do micro ao macro, mas jamais como algo localizável, palpável ou tangível. Essa ideia é, na verdade, uma quebra de paradigmas conceituais que apresenta o poder como posse do governante, como bem apresenta Foucault em *Vigiar e Punir*:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 2007, p. 26).

Normalmente, quando se fala sobre ‘poder’ vem à tona aqueles tão conhecidos conceitos de ‘repressão’ e ‘ideologia’. Foucault diz que é preciso mudar essa maneira de enxergar o poder, redimensionado para algo que está além da própria repressão³. O poder visto como exercício não implica necessariamente e em todos os momentos a presença de um

² Segundo Roberto Machado, “A palavra ‘genealogia’ foi introduzida em *Vigiar e punir*, onde seu sentido aparece claramente. (...) Em geral, o que notamos no modo como esse termo é empregado é a ideia de que a questão central das novas pesquisas é o poder e sua importância para a constituição dos saberes. A mutação essencial assinalada por livros como *Vigiar e punir* e *A vontade de saber*, primeiro volume da *História da sexualidade*, foi a introdução da questão do poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes” (2006, p.167).

³ Judith Revel entoa que “Foucault nunca trata do poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de ‘relações de poder’ que supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder” (2005, p.67).

agente repressor (frequentemente identificado pelo Estado). Aí é que está o elemento inovador de Foucault no âmbito desse discurso: o poder é muito mais um dispositivo criativo, sedutor e, por vezes, prazeroso (que, obviamente, determina uma ação de dominação entre sujeitos) do que uma repressão violenta. Aliás, é justamente por se desfazer dessa capa repressora, incitando, por sua vez, o próprio indivíduo a aceitar a dominação de bom grado, que o poder se torna cada vez mais eficaz: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Desta forma, o que Foucault deseja é justamente substituir essa concepção tradicional e ultrapassada de poder como instrumento repressor. Em *Vigiar e Punir*, por exemplo, não raras vezes ele fala que, para entender a lógica de ação do poder, é necessário que se faça o esforço para descrevê-lo não apenas em seu aspecto negativo ou repressor. É preciso um redimensionamento do próprio conceito de poder. Veja o trecho abaixo:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2007, p. 161).

Noutras palavras, o poder é uma rede de relacionamentos e de relações, presente em todos os lugares e classes, mesmo que ele não pareça como tal. Em *Poder e Saber*, diz que “as relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família” (FOUCAULT, 2006, p. 231). Isso quer dizer que não há como idealizar qualquer agrupamento fora do âmbito do poder, como ele mesmo deixa claro no texto *O Sujeito e o Poder*:

O que quer dizer que as relações de poder se enraízam profundamente no nexos social; e que elas não reconstituem acima da ‘sociedade’ uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudésemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração (FOUCAULT, 1995, p. 245-246).

Porém, surge uma questão: como o poder se manifesta atualmente e como ele foi exercido na história?⁴ Na obra *Vigiar e Punir* Foucault faz uma genealogia do poder, demonstrando como ele se manifestou no passado e no que ele se transformou no presente; ou

⁴ Foucault, influenciado por Nietzsche, busca “reconstruir a maneira pela qual, a cada época, o poder político tramou com o saber,: a maneira pela qual ele faz nascerem efeitos de verdade e, inversamente, a maneira pela qual os jogos de verdade fazem de uma prática ou de um discurso um lugar de poder” (REVEL, 2005, p.69).

melhor, sua proposta é “tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto” (FOUCAULT, 2007, p. 24).

Na primeira parte do livro (Suplício), Foucault afirma que na Idade Média o poder estava associado ao castigo corporal, isto é, ao suplício, um ritual que tinha por objetivo a humilhação e marcação pública das vítimas através da dominação pelo terror, que perdurou até o fim do século XVIII⁵. A principal motivação do suplício é o orgulho ferido do soberano, que se sente afrontado pessoalmente pelo delito cometido, pois desobedecer à lei é desobedecer à autoridade de quem a fez (isto é, ao rei): “vemos pela própria definição da lei que ela tende não só a defender, mas também a vingar o desprezo de sua autoridade [isto é, da autoridade do soberano] com a punição daqueles que vierem a violar suas defesas” (FOUCAULT, 2007, p. 42). Assim, o objetivo do suplício não era retribuir ao condenado o mal cometido ao corpo social, e sim, através de um ritual público de dominação pelo medo, conservar e intensificar a força soberana do rei, outrora desafiada:

[O suplício] permite que o crime seja reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso; faz com que o crime, no mesmo horror, se manifeste e se anule. Faz também do corpo do condenado o local de aplicação da vindita soberana, o ponto sobre o qual se manifesta o poder, a ocasião de afirmar a dissimetria das forças (FOUCAULT, 2007, p. 47).

Com o tempo, os protestos contra o suplício em favor de uma maior humanização das penas cresceram e tornaram-se causas humanitárias assumidas por grande parte da população e especialistas (filósofos e teóricos do direito, juristas, magistrados, parlamentares e legisladores) ainda na segunda metade do século XVIII (FOUCAULT, 2007, p. 63). Essa não aceitação do suplício obrigou o Estado encontrar outras formas de punir a fim de evitar o confronto entre o soberano e os súditos. Conclui-se então que sistema judiciário criminal precisaria punir ao invés de se vingar: “que as penas sejam moderadas e proporcionais aos delitos, que a de morte só seja imputada contra os culpados assassinos, e sejam abolidos os suplícios que revoltam a humanidade” (FOUCAULT, 2007, p. 63).

A posição contrária ao suplício deu origem ao movimento reformador do sistema penal, que tinha por objetivo reorganizar a economia da punição, assegurando a melhor distribuição do poder de castigar e dando à punição e à repressão das ilegalidades um novo

⁵ “Na Idade Média, o poder funciona, prioritariamente, por meio do reconhecimento dos signos de fidelidade e da amostra dos bens, a partir dos séculos XVI e XVII, ele vai se organizar a partir da ideia de produção e de prestação. Obter dos indivíduos prestações produtivas, isso significa, antes de tudo, ultrapassar o quadro jurídico tradicional do poder – aquele da soberania – para integrar o corpo dos indivíduos, seus gestos, sua própria vida o o que Foucault descreverá como nascimento das disciplinas (...)” (REVEL, 2005, p.69).

sentido e lugar na sociedade. Não trata de excluir a punição ou punir menos, mas sim punir com mais universalidade e eficácia, legitimando profundamente no corpo social o poder da punição:

E a ‘reforma’ propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir (FOUCAULT, 2007, p. 69-70).

Os reformadores tomaram como diretriz a principal mudança: o crime não deve ser mais considerado como uma afronta pessoal ao soberano ou rei, mas como algo nocivo à sociedade enquanto quebra da lei civil explicitamente estabelecida. Logo, a pena não deve se basear na vingança do rei, mas na reparação à perturbação outrora causada pelo criminoso na sociedade. Com isso, o “direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT, 2007, p. 33).

Perante esse processo ou “metamorfose” dos métodos de punição, Foucault percebe que a punição ainda não se constituía como a forma mais sofisticada de poder; era preciso então que as relações de poder migrassem para outras técnicas e métodos mais eficientes e discretos. Chegou-se a conclusão de que era muito mais interessante apostar na prevenção, ainda que violenta e repressiva, do que na reparação paliativa: disciplinar o corpo ao invés de puni-lo; adestrar o indivíduo para que ele mesmo se sinta na obrigação de evitar o delito. Tais estratégias foram as que permearam em boa parte das instituições modernas, em especial àquelas ligadas à prática do ensino (escolar, técnico ou militar), do sistema judicial (prisões) e do tratamento de saúde (hospitais e manicômios).

2. FORMAÇÃO DOS ‘CORPOS DÓCEIS’: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INDIVÍDUOS E CONTROLE TEMPORAL DAS ATIVIDADES

Foucault inicia sua apresentação fazendo uso da comparação da figura do soldado em épocas distintas, porém não tão distantes: ainda no início do século XVII, costumava-se descrever a figura do soldado ideal como aquele que já nasce pronto para exercer tal função e que é reconhecido como tal de longe; suas virtudes, movimentos, comportamentos e brasões eram vistos como sinais naturais e visíveis que dispensavam qualquer tipo de apresentação de quem eram e o que faziam. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, “o soldado torna-se algo que se fabrica”; ou seja, de um corpo inútil, faz-se a máquina de que se

precisa através da correção de posturas e treinamento (FOUCAULT, 2007, p. 117).

Mas o que isso tem a ver com a questão da disciplina enquanto manifestação do poder? É aqui que se encontra a grande sacada de Foucault: a “descoberta do corpo como objeto e alvo do poder” (FOUCAULT, 2007, p. 117). Não se trata de cuidar do corpo de uma maneira qualquer, em massa (*grosso modo*), mas de treiná-lo, moldá-lo e controlá-lo detalhadamente para melhor obedecer mecanicamente, cujo método é baseado inteiramente na disciplina e suas técnicas. O corpo torna-se então o *locus* privilegiado de onde surgem as inúmeras possibilidades de manipulação do poder (FOUCAULT, 2007, p. 118).

É a partir daqui que se verifica a intersecção das paralelas da ‘disciplina’ e do ‘poder’, que até então se faziam próximas, mas não integradas: a partir deste contexto, na visão do autor, a disciplina e suas técnicas nada mais são do que formas genuínas de manifestação de poder, uma microfísica do poder⁶, instituída exatamente para o controle ou sujeição do corpo, com o objetivo de produzir aquilo que ele chamou de ‘corpos dóceis e úteis’: “é dócil um corpo que pode se submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2007, p. 118). Noutras palavras, o corpo se integra num processo de poder, viabilizado por mecanismos disciplinares, produzindo assim sujeitos submissos, exercitados, dóceis e úteis ao sistema. Desta maneira, do suplício e da punição passa-se para um dispositivo de controle mais eficiente, sofisticado e universal: a internalização dos mecanismos disciplinares como mecânica do poder que objetiva desarticular o corpo para depois recompô-lo da forma como melhor lhe convém:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto e mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade⁷) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2007, p. 119).

⁶ Foucault usa o termo ‘microfísica do poder’ para melhor apresentar essa questão: “Técnicas [disciplinares] sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que tem sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder” (FOUCAULT, 2007, p. 120).

⁷ Neste sentido, são relevantes as colocações de Rafael Alcadiponi da Silveira quando entoa que “o investimento político e de poder sobre os corpos estava ligado à sua utilidade econômica de tal sorte que ele foi investido por relações de poder e de dominação enquanto força de produção. A constituição do corpo como força de trabalho somente ocorre se ele está preso a um sistema de sujeição. Como destaca Foucault (1987), o corpo somente torna-se útil se é concomitantemente, corpo produtivo e corpo submisso” (2005, p.68).

É interessante notar que essa “anatomia política” ou “mecânica do poder”, como forma de dominação através da disciplina, coloca-se como uma maquinação muito bem realizada que visam dois grandes objetivos: aumentar as aptidões e as habilidades corporais, mas, ao mesmo tempo, dominar e, conseqüentemente, sublimar a potencialidade e a energia que disso resulta no indivíduo. É a definitiva separação entre poder e corpo como elementos ativos no sujeito: “se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2007, p. 119).

Todavia, para a fabricação de “corpos dóceis”, não basta apenas a consciência da disciplina corporal; é preciso também a arte da distribuição e do controle desse poder através de instituições notáveis: mais do que castigar corporalmente, a disciplina está mais interessada em distribuir os indivíduos num espaço determinado e controlar suas atividades num tempo específico.

Com relação à distribuição do espaço, segundo Foucault, tal estratégia possui técnicas próprias, que podem ser identificadas evolutivamente como: a) encarceramento; b) quadriculamento; c) localizações funcionais; d) ordenamento em filas (FOUCAULT, 2007).

O primeiro aspecto, o mais primitivo, implica que os aparelhos disciplinares criem espaços delimitados por cercas (“encarceramento”), vistos como locais seguros e privilegiados para a disseminação da disciplina, como, por exemplo, os colégios e os quartéis, usados unicamente para acalmar a massa vagabunda e impedir delitos e crimes sociais (FOUCAULT, 2007, p. 122).

Já o segundo aspecto, o “quadriculamento” ou a “localização imediata”, implica em sistematizar e racionalizar um espaço disponível para cada indivíduo, de forma com que, por um lado, ele reconheça instantaneamente qual é o seu respectivo lugar, como também, por outro lado, o superior saiba que cada lugar deve conter um indivíduo. Dessa maneira, um espaço vazio significa a ausência de um indivíduo que poderá estar em situação de indisciplina ou ocupando espaços que não lhe são permitidos. Mais do que nunca, isso evita os desaparecimentos repentinos, a circulação difusa e aleatória, a aglomeração desorganizada e a comunicação inútil e perigosa (FOUCAULT, 2007, p. 123).

Um terceiro aspecto são as chamadas “localizações funcionais”, que têm por finalidade não só a vigilância disciplinar, mas também de construir um espaço útil para o sistema, como no caso dos hospitais militares e das indústrias do século XVIII, que fazem o disciplinamento dos corpos segundo as características ou funções que cada indivíduo tem ou

exerce, possibilitando assim o controle daquilo que não está conforme a ordem vigente: os hospitais separando e classificando os pacientes a partir de suas doenças e as indústrias organizando os postos e comparando o rendimento dos serviços realizados por cada um (FOUCAULT, 2007, p. 123).

Por fim, o quarto aspecto é o mais sofisticado de todos, pois além de distribuir os indivíduos, também os individualiza no espaço de modo serial, cuja organização não está ligada nem ao território nem ao local fixo, mas em relação à posição que cada indivíduo ocupa na fila, ordenando-os dessa forma a ocuparem suas posições segundo suas respectivas séries, independente dos espaços que estejam ou transitem, como acontece muito frequentemente nas escolas e outras instituições de ensino (FOUCAULT, 2007, p. 125).

Mas além de distribuir os indivíduos espacialmente, Foucault afirma que para o aparelho disciplinar também é necessário controlar suas atividades temporalmente. É neste ponto que entra em cena a questão do tempo como outro grande instrumento disciplinador: as atividades realizadas são temporalmente controladas para uma maior qualidade do tempo empregado, certificando-se que durante todo o período estipulado, o corpo fique ocupado no trabalho, controlando assim, cada gesto, cada ação, cada reação do indivíduo vigiado. Para tanto, o autor também identifica algumas técnicas disciplinares próprias do controle temporal: a) o horário; b) a elaboração temporal do ato; c) correlação entre corpo e gestos; d) articulação corpo-objeto; e) utilização exaustiva (FOUCAULT, 2007).

O primeiro elemento, o “horário”, de velha herança monástica, não teve grandes dificuldades de entrar, por exemplo, nas instituições escolares, militares e hospitalares, com o objetivo de colocar em prática três processos fundamentais: estabelecer cesuras, obrigar ocupações determinadas e regulamentar os ciclos de repetição. Além do que, tais processos visam também garantir a qualidade do tempo empreendido como algo interrupto e útil para a instituição que os aplicam (FOUCAULT, 2007, p. 128). Sobre isso, afirma Foucault:

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (FOUCAULT, 2007, p. 129).

Um segundo elemento, a “elaboração temporal do ato”, nada mais é do que uma técnica disciplinar que implica no ajuste do corpo à ritmos temporais, como acontece por exemplo, nas marchas militares. Com isso, Foucault afirma que tal técnica apresenta-se como uma espécie de esquema “anátomo-cronológico do comportamento”, isto é, um esquema que faz com que determinados movimentos corporais do indivíduo se ajustem ritmos temporais

impostos, gerando assim um comportamento disciplinar específico: “é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2007, 129).

O terceiro elemento da técnica disciplinamento através do tempo é a correlação entre corpo e gestos, de tal forma que, segundo Foucault, um corpo bem disciplinado é condição fundamental para a prática de um gesto eficiente. Noutras palavras, o controle disciplinar da correlação entre corpo e gestos “não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; [mas] impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e rapidez” (FOUCAULT, 2007, 130). Isso quer dizer que empregar bem o tempo significa treinar bem o corpo que, por sua vez, implicará numa melhor qualificação dos gestos dos indivíduos: “um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto; uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica” (FOUCAULT, 2007, 130).

O quarto aspecto está relacionado à articulação operacional que a própria disciplina promove e estabelece para “cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula”, estabelecendo, com isso, “cuidadosa engrenagem entre um e outro” (FOUCAULT, 2007, p. 130). Isso quer dizer que a disciplina neste aspecto não funciona apenas como repetição ou correlação de gestos corporais a ritmos preestabelecidos, mas como uma lógica operacional que determina como, quando, onde e com que ritmo o corpo deve manipular determinados objetos, num processo de poder que não mais os separa (‘corpo’ e ‘objeto’), mas que os engloba numa mesma ação/operação complexa e totalizante (‘corpo-objeto’).
Veja:

Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina. (...) A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação. E assim aparece esse caráter do poder disciplinar: tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo com o aparelho de produção (FOUCAULT, 2007, p. 130-131).

Enfim, um quinto e último modo de controle temporal das atividades está direcionado à “utilização exaustiva”, que, segundo Foucault (2007, p. 131), na realidade promove uma ressignificação do conceito de tempo: enquanto horário (em seu sentido tradicional), o tempo tinha um caráter essencialmente negativo, pois pressionava o indivíduo

em não desperdiçá-lo⁸; já enquanto utilização exaustiva, o tempo passou a ter um caráter positivo, pois o critério da relação produtividade-tempo não está baseado na vigilância do ‘menor desperdício de tempo’ em vista do ‘maior rendimento’, mas sim na possibilidade de uma gradativa progressão do ‘maior rendimento’ no ‘menor tempo’ possível:

[A disciplina] coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis. O que significa que se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável; ou como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência (FOUCAULT, 2007, p. 131).

Perante tudo o que foi apresentado, concluem-se duas coisas em Foucault. Em primeiro lugar, que a formação da subjetividade⁹ dos indivíduos está totalmente inebriada pelos condicionamentos da vida institucional: as rotinas das instituições são constituídas de regras, normas e diversas coações disciplinares que determinam os corpos, rotinas essas concretizadas em tarefas específicas, distribuídas em espaços e tempos justificados como úteis pela instituição, que posteriormente moldarão a própria vida social e institucional dos indivíduos. Em segundo lugar, as formas do poder do aparelho disciplinar, identificados na distribuição do espaço e no controle do tempo, agem de maneira a sublimar as forças e energias instintivas do corpo, conduzindo-o a uma sujeição e dominação externa.

Porém, mesmo diante de tão variadas técnicas de distribuição e controle, o aparelho disciplinar tem consciência de que tais técnicas, em si mesmas, não suportam o exercício das relações de poder enquanto não houver também uma combinação com recursos possibilitam o seu uso. Para tanto, o próximo é justamente tentar delinear um pouco a dimensão desses recursos.

3. OS RECURSOS PARA O BOM ADESTRAMENTO

A partir deste contexto, segundo Foucault, desenvolveu-se também um conceito de disciplina como adestramento, que tem fincado suas premissas legitimadoras nas próprias

⁸ Para o conceito tradicional de tempo, o desperdício era visto tanto como erro moral (por ser o tempo algo de Deus) como também desonestidade econômica (por ser o tempo o critério base para o pagamento do salário ao empregado). Portanto, o foco estava não no aumento da produção, mas na diminuição do desperdício (FOUCAULT, 2007, p. 131).

⁹ “O problema da subjetividade, isto é, ‘a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo’, torna-se então o centro das análises do filósofo: se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si” (REVEL, 2005, p.85).

relações de poder (enquanto distribuição espacial e controle temporal). Desta maneira, nas escolas, nos quartéis, nos hospitais e outros locais, o ‘vigiar’ e o ‘punir’ em prol do adestramento tornaram-se formas inerentes ao próprio exercício da instituição. Nas escolas isso se tornou algo mais claro e tangível, como se pode, por exemplo, notar no trecho abaixo de Foucault:

Os ‘observadores’ devem anotar quem sai do banco, quem conversa, quem não tem o terço ou o livro de orações, quem se comporta mal na missa, quem comete alguma imodéstia, conversa ou grita na rua; os ‘admonitores’ estão encarregados de ‘tomar conta dos que falam ou fazem zunzum ao estudar as lições, dos que não escrevem ou brincam’; os ‘visitadores’ vão se informar, nas famílias, sobre os alunos que estiveram ausentes ou cometeram faltas graves. Quanto aos ‘intendentes’, fiscalizam todos os outros oficiais. Só os ‘repetidores’ têm um papel pedagógico: têm que fazer os alunos ler dois a dois, em voz baixa (FOUCAULT, 2007, p. 147).

Mas quais seriam os recursos para um eficiente adestramento¹⁰ para Foucault? Segundo o autor, o poder tem tanto sucesso justamente porque se utiliza de instrumentos e técnicas de disciplina bem simples, podendo ser consideradas a partir de três modos bem pontuais: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame, como combinação de ambos (FOUCAULT, 1987, p. 143).

No que diz respeito à primeira técnica de adestramento, a vigilância hierárquica, segundo Foucault ela funciona como poder sobre o corpo alheio porque é possível perceber na constituição de tal instrumento redes verticais e hierárquicas bem definidas que determinam as relações, cuja ação é exercida por dispositivos observatórios que obrigam e coagem os indivíduos vigiados através do olhar. Nesse aspecto, Foucault analisa o próprio espaço físico das escolas¹¹ como ambiente criado e moldado justamente para o uso de tal técnica:

O próprio edifício da Escola devia ser um aparelho de vigiar; os quartos eram repartidos ao longo de um corredor como uma série de pequenas celas; a intervalos regulares, encontrava-se um alojamento de oficial, de maneira que ‘cada dezena de alunos tivesse um oficial à direita e à esquerda’ (FOUCAULT, 2007, p. 145).

O elemento de fundo do olhar hierárquico consiste na ideia da onipresença do superior, inclusive nos cantos mais escondidos da escola. O superior (e não só ele, mas

¹⁰ “E o que vem a tornar este sistema magistral, é a maneira como a sujeição do indivíduo é realizada. De forma quase hipnótica, pessoas contribuem com todas as suas forças em prol de um sistema que, apesar de vigiar e punir, também produz eficazmente. Ele envereda todo um contingente de almas a trabalharem em prol de forças invisíveis, sendo a mais conhecida, o próprio Estado, a própria nação (...). O poder influencia em todos os locais. Ele está no local de trabalho, nos asilos, nas instituições educacionais, em hospitais e sanatórios. Todas estas localidades são pequenas oficinas de adestramento. Elas moldam, engomam e emolduram corpos e almas” (FERREIRA, 2015, p.1).

¹¹ Neste sentido, contribui Rosane de Albuquerque Costa: “A pedagogia passa a ter uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo, um olhar político sobre o outro. A escola passa a escrever um controle e uma utilização dos sujeitos. E cria todo um conjunto de técnicas, todo um conjunto de processos e de saber. O homem que surge daí é o sujeito disciplinado no corpo e por conseguinte afastado do saber sobre si. Tem-se uma verdade a priori sobre o sujeito: a verdade da disciplina” (2006, p.31)

também os seus representantes oficiais – os inspetores de disciplina) tem consciência de que não poderá estar em todos os locais e espaços para cumprir o papel da vigilância; mas também sabe que se puder instalar no aluno o terror da permanente vigilância (panoptismo¹²), ele poderá acompanhá-lo onde quer o indivíduo esteja, não de modo físico, mas incorporado no medo em que carrega; e quando não consegue instaurar o medo através da vigilância disciplinar, o faz via vigilância moral dos olhos de Deus que nada perdoa: “aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe” (FOUCAULT, 2007, p. 120). Ou seja, trata-se aqui do olhar que tudo abarca e tudo vê¹³. Com isso, o sentimento que deve permear as ações dos educandos é a da eterna vigilância: a incerteza de saber se está sendo vigiado ou não, o obriga a não sair da linha:

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção aos quais todos os olhares convergem (FOUCAULT, 2007, p. 146).

Um segundo recurso de adestramento é a sanção normalizadora, que se baseia acima de tudo na punição ou no castigo pela violação de uma lei. Segundo, Foucault, na essência de todo sistema disciplinar, funciona um pequeno mecanismo penal, com leis e delitos específicos; sua meta é enquadrar tudo aquilo que está inadequado à regra em vista de uma possível redução e correção dos desvios (FOUCAULT, 2007, p. 149). Percebe-se aqui, mais do que nunca, a sanção como instrumento de internalização e normalização do castigo disciplinar¹⁴, em especial nas instituições de ensino. A ideia é fazer com que o indivíduo tome consciência de que tudo o que não estiver condizente à regra, será passível de punição, desde os mínimos delitos até os mais graves:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não

¹² “Na concepção de Foucault, o panótico é o dispositivo do poder disciplinar, como sistema arquitetural constituído de torre central e anel periférico, pelo qual a visibilidade/separação dos submetidos permite o funcionamento automático do poder: a consciência da vigilância gera a desnecessidade objetiva de vigilância. O panótico de Bentham seria o princípio de nova anatomia política, como mecanismo de disciplina aplicado na construção de um novo tipo de sociedade, em penitenciárias, fábricas, escolas, etc., permitindo a ordenação das multiplicidades humanas conforme táticas de poder, com redução da força política (corpos dóceis) e ampliação da força útil (corpos úteis) dos sujeitos submetidos” (SANTOS, 2005, p.4).

¹³ “O homem (aluno) deve se adaptar a um espaço pré-concebido. Por exemplo, a ordenação da sala de aula, que tem em geral um modelo único, até hoje, o professor à frente e os alunos distribuídos em carteiras enfileiradas umas após as outras. Este simples modo de ordenar a sala de aula vai determinar uma relação de poder, onde o mestre tem a visão de todos ao mesmo tempo e também é visto por todos” (COSTA, 2002, p.31/32).

¹⁴ “O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas ao modelo judiciário (multas, açoite, masmorra), os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício - aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido [...]”. (FOUCAULT, 2007, p. 150).

conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. Pela palavra punição, deve-se compreender tudo o que é capaz de fazer as crianças sentir a falta que cometeram, tudo o que é capaz de humilhá-las, de confundi-las:... uma certa frieza, uma certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto (FOUCAULT, 2007, p. 149).

Com isso, nasce a questão tão bem elaborada por Foucault: o castigo ou punição no sistema disciplinar tem um aspecto duplo, a saber, o da gratificação e o da sanção. Trata-se de uma lógica maléfica de seleção e classificação, que exalta e promove de um lado os chamados ‘bons e exemplares’ e demoniza e rebaixa de outro lado aqueles ‘casos perdidos’. No final das contas, a própria posição classificatória acaba se tornando a punição ou a recompensa disciplinar: “a divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: (...) a disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição” (FOUCAULT, 2007, p. 151).

A terceira e última técnica é o exame¹⁵, que de alguma maneira combina as duas primeiras. Segundo Foucault (2007, p. 154), o exame trata-se de um controle normalizante, uma vigilância que permite classificar, qualificar e punir. O processo é ter em mãos um instrumento capaz de imprimir documentalmente em cada sujeito um ‘rótulo’ que o identifica como adequado ou não para o sistema da instituição: “o exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam” (FOUCAULT, 2007, p. 157).

Em síntese, o exame faz de cada indivíduo um caso, um registro geral, transformando-o num objeto documentável, capaz de ser vigiado, controlado e, por isso, se for preciso, passível de ser novamente adestrado, promovido ou excluído. Entra então em cena a mais fria e calculista qualidade do exame: separar os bem-sucedidos dos fracassados de modo meramente quantificável e estatístico:

O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um ‘caso’: [...] é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que

¹⁵ Segundo Rosane A. Costa: “No exame, podemos ver claramente as implicações entre saber/poder. A escola torna-se, nas palavras de Foucault, um ‘aparelho de exames ininterruptos’ que acompanha todo o processo de ensino, exatamente porque ao mesmo tempo em que o exame transmite um saber, possibilita levantar um conhecimento sobre o aluno” (2002, p.41).

ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído etc... (FOUCAULT, 2007, p. 159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, esse processo apresentado por Foucault está mais do que presente nas relações sociais das escolas, salas de aula e círculos de estudos acadêmicos. É preciso levar em consideração que as relações escolares devem ser vistas sob o crivo das relações de poder, que, em muitas ocasiões estão camufladas por outros tipos de preocupações banais que acabam impedindo o reconhecimento e a denúncia de técnicas disciplinares que possibilitam apenas o contexto escolar como ambiente de internalização de regras a serem cumpridas.

A partir de então, está pronto o palco para a implementação de uma aprendizagem mecânica, voltada para questões altamente burocráticas que interessam muito mais ao sistema, enquanto forma de conservação da disciplina e do poder, do que para o aluno.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Rosane de Albuquerque. **Disciplina na escola**: adolescência e constituição de subjetividade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002.
- FERREIRA, Emerson Benedito. **Docilizando corpos**: Aportes sobre o emoldurar de condutas na obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 08 out. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.45415>>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. **A Vontade de Saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: Motta, M. B. da (org.) **Estratégia, poder-saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, Volume IV.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 34.ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **30 anos de vigiar e punir**. 11º Seminário Internacional do IBCCIM (4 a 7 de outubro de 2005), São Paulo – SP. Disponível em:http://www.academia.edu/4237541/30_ANOS_DE_VIGIAR_E_PUNIR_FOUCAULT_Juarez_Cirino_dos_Santos. Acesso em: 03 out. 2015.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.